



Senado aprova projeto que torna a corrupção crime hediondo



Participantes de manifestação popular em frente ao Congresso são recebidos pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, depois que o Plenário aprovou transformação de corrupção em crime hediondo

Cumprindo a pauta prioritária de votações em resposta às manifestações nas ruas de todo o Brasil, senadores aprovaram ontem a inclusão de corrupção na lista de crimes hediondos. A proposta segue para a Câmara.

Na sessão deliberativa, que durou das 13h20 às 18h30, sobrepondo-se ao jogo da Seleção Brasileira, foram aprovadas também novas regras para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados, que vão a sanção. Na pauta de hoje,

há projetos de passe livre para estudantes e de ficha limpa para servidores. Depois das votações, manifestantes foram recebidos pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. À noite, protesto terminou em conflito com a polícia. **2 e 3**



Cerca de 5 mil pessoas se concentraram ontem em frente ao Congresso, onde a segurança mobilizou 3.100 policiais (acima). Conflito à noite destoou do caráter pacífico do protesto na maior parte do dia (abaixo)



Com prisão decretada, deputado Donadon será julgado pela Câmara 5

Comissão busca consenso em projeto que destina recursos para a saúde 6

Fabricantes terão que advertir sobre uso de látex em produtos 7

Municípios carentes terão financiamento habitacional especial 8

Senadores tiveram encontro com manifestantes ontem

Representantes de movimentos estiveram ontem na Presidência do Senado e devem retornar hoje para nova reunião, às 18h, com uma pauta de reivindicações que seja consenso entre os grupos

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a visita de representantes dos movimentos Acorda Brasília, Ocupa Brasília, Marcha do Vinagre e Sou Ativista, que têm participado de manifestações nas últimas semanas. Um grupo de senadores também participou do encontro.

De acordo com Rayssa Labanca, uma das manifestantes, eles apresentaram uma pré-pauta de reivindicações. Ela disse que os movimentos vão chegar a um consenso e retornam para uma nova reunião, hoje, às 18h.

Antes, os representantes dos movimentos estiveram na Câmara, com o presidente daquela Casa, Henrique Eduardo Alves.

Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que “a democracia é o exercício permanente do diálogo”.

— É preciso avançar e capitalizar positivamente a energia das ruas, para o aprimoramento das instituições — afirmou.



Renan e senadores recebem manifestantes e tratam de temas como o PNE

José Pimentel (PT-CE) destacou, entre os assuntos conversados com os manifestantes, o Plano Nacional de Educação (PNE), do qual foi relator no Senado. Afirmou que o PNE para os próximos dez anos deverá ser votado pelo Senado até o fim de agosto e, com as modificações, deve voltar ao exame dos deputados.

Representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) também se reuniram com os senadores. Eles

pediram que o Senado acate o texto aprovado pela Câmara, na terça-feira, destinando 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde. Segundo Ana Amélia (PP-RS), essa proposta atende as mobilizações populares e os anseios das entidades estudantis.

— O voto facultativo é uma outra demanda importante da população — acrescentou a senadora, que também defendeu a ficha limpa para todos os servidores públicos e o voto aberto no Parlamento.

Suplicy dialoga com participantes do protesto

Em meio ao protesto diante do Congresso, Eduardo Suplicy (PT-SP) foi, no início da noite, ao encontro dos manifestantes para dialogar. De acordo com o senador, as pessoas disseram que gostariam de subir pacificamente a rampa do Congresso, do modo como ocorreu no último

dia 17. Suplicy explicou que somente a direção do Senado poderia autorizar o acesso.

O senador informou ainda que, ao comentar sobre o encontro entre senadores e representantes de movimentos na Presidência do Senado, parte das pessoas disse que não se sentia representada pelo

grupo. Suplicy relatou também que, quando os manifestantes se disseram insatisfeitos com a situação do país, ele respondeu que considerava importante que expressassem sua opinião, tendo em vista a responsabilidade dos parlamentares de estar à altura da representação conferida pelo povo.



ONG propôs “passar a bola” ao Congresso Nacional

ONG coloca 594 bolas em frente ao Congresso

A organização não governamental Rio de Paz colocou 594 bolas de plástico em frente ao Congresso. Esse também é o número de parlamentares: 513 deputados federais e 81 senadores.

Os representantes da ONG propuseram chutar as bolas, “como símbolo da sociedade passando a bola para o Parlamento, a fim de que os congressistas atendam aos anseios do povo”.

As bolas também vieram pintadas com cruzeiros vermelhas, que, segundo a Rio de Paz, representam as mortes no país por falta de segurança e saúde. Um cartaz apresentado pela ONG continha a seguinte frase: “Exigimos escolas, hospitais, segurança, no padrão Fifa”.

Pouco antes das 17h, um grupo começou a chutar as centenas de bolas de futebol em direção ao prédio que abriga a Câmara e o Senado.

Repúdio à corrupção e ao projeto da “cura gay”

Uma das primeiras manifestantes a chegar ontem ao gramado do Congresso, a mestrande em Medicina Melissa Sousa disse que protestava “por várias bandeiras”, mas principalmente contra a corrupção, em suas diversas formas.

Outra manifestante que chegou no início da tarde foi Elizabete Rodrigues, moradora de Taguatinga, que reclamou das prioridades dos políticos:

— A educação e a saúde estão jogadas às traças — afirmou.

Representantes de movimentos como o Marcha das Vadias e o Coletivo Juntos protestaram contra o deputado Marco Feliciano (PSC-SP), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, e o projeto da “cura gay”, defendido por ele.

— Queremos a saída de Feliciano da presidência dessa comissão e o arquivamento do projeto, porque a homossexualidade não é uma doença — afirmou Paola Rodrigues, membro do Coletivo Juntos.

Ao defender essas mesmas bandeiras, Guai Monteiro, integrante do Marcha das Vadias, declarou que é contra “o fundamentalismo religioso que invade as leis, o Congresso e os corpos das pessoas”.

Forte esquema policial e público abaixo do esperado na mobilização de Brasília

Com número de participantes abaixo do esperado, o ato público de ontem em Brasília foi marcado pelo forte esquema de segurança, que mobilizou 3.100 policiais. Um cordão de isolamento ao redor do Congresso impediu que as pessoas chegassem à Praça dos Três Poderes. Segundo a Polícia Militar, no momento de maior aglomeração, cerca de 5 mil manifestantes se concentraram diante do

Congresso. Ao longo da semana, a PM chegou a prever 50 mil pessoas.

A manifestação foi pacífica na maior parte do tempo. Tentativas isoladas de provocar policiais com garrafas e rojões foram vaiadas pela maioria dos participantes. Por volta das 21h10, a polícia reagiu com bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo. Um manifestante foi cercado e levado por policiais.

Filósofo previu “revolta do vinagre” há um ano em palestra no Senado

O modelo de manifestação que toma o país e a onda de questionamentos ao sistema político e eleitoral foram previstos pelo filósofo Vladimir Safatle em palestra no Senado em 30 de julho de 2012, no Fórum Senado Brasil.

Professor de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), Safatle abordou movimentos como a Primavera Árabe e os Indignados da Espanha, além das marchas contra a corrupção



Safatle foi um dos participantes do Fórum Senado Brasil em 2012

registradas no Brasil em 2011.

— Não é verdade que [os movimentos] não têm pauta, só não querem se submeter ao velho jogo partidário.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO Simples para advogados
14h Na ordem do dia, projeto que altera o Estatuto das Microempresas para incluir os serviços advocatícios entre aqueles que podem optar pelo Simples Nacional. O texto depende ainda de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia
16h O senador Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária.

CRA Crédito agrícola
8h30 Audiência para avaliar as linhas de crédito para a agricultura, principais proposições para o Plano Safra 2013-2014 e entraves existentes para a concessão, além de possíveis mudanças no enquadramento do Pronaf e simplificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf.

MARCO REGULATÓRIO/CCT Terras-raras
9h A Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras-Raras no Brasil vai realizar audiência pública para discutir a importância dos minerais estratégicos, com a criação de um novo marco regulatório.

CCJ Concursos
9h A reunião suspensa ontem será reaberta hoje para análise, entre outros itens, de substitutivo a projeto que estabelece regras gerais para a realização de concursos públicos pelo governo federal.

CRE Embaixadores
10h Sabatina dos indicados Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa, para a embaixada brasileira nas Bahamas, e Lineu Pupo de Paula, para a na Guiana.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:
<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:
<http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h30**, reunião da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária** e, às **10h**, reunião da **Comissão de Relações Exteriores**. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado define corrupção como crime hediondo

Projeto que agora segue para votação na Câmara dos Deputados fazia parte da pauta prioritária anunciada em resposta às recentes manifestações populares de protesto realizadas em todo o país

CORRUPÇÃO ATIVA E corrupção passiva podem em breve ser classificados como crimes hediondos. O Senado aprovou ontem o PLS 204/2011, de Pedro Taques (PDT-MT), que inclui delitos contra a administração pública entre os crimes hediondos, aumentando penas e dificultando benefícios para condenados. A proposta, que fazia parte da pauta prioritária do Senado em resposta às manifestações nas ruas, segue agora para votação na Câmara.

Com a mudança, os condenados pelos crimes citados não terão mais direito a anistia, graça, indulto e livramento mediante fiança. Também se torna mais rigoroso o acesso a benefícios como livramento condicional e progressão de regime. O projeto foi aprovado com emenda de José Sarney (PMDB-AP) que inclui também o homicídio simples na lista de crimes hediondos.

Relevância social

Relator da proposta em Plenário, Alvaro Dias (PSDB-PR) explicou que a atual legislação dá respostas duras a quem comete crime contra a pessoa ou contra o patrimônio individual, mas é branda quando se trata de proteger os interesses coletivos dos cidadãos e o patrimônio público e em crimes como concussão, corrupção passiva, corrupção ativa, peculato e excesso de exação (quando servidor exige um pagamento indevido).

— O resultado de tais crimes tem relevância social, pois pode atingir, em escala significativa, a depender da conduta, grande parcela da população. Com efeito, a subtração de recursos públicos se traduz em falta de investimentos em áreas importantes, como saúde, educação e segurança pública, o que acaba contribuindo, na ponta, para o baixo nível de desenvolvimento social — argumentou o senador.



Autor da proposta aprovada, Taques (2º à dir.) recebe cumprimentos de senadores

Inclusão de homicídio simples na lista busca reduzir incidência

Sarney defende a emenda que inclui na lista de crimes hediondos o homicídio simples, destacando que o Brasil tem a “vergonhosa posição” de ser o país com maior número de homicídios proporcionais. Ele citou pesquisa do Instituto Sangari que revela que 78% da população brasileira tem medo de ser assassinada. Hoje, apenas o homicídio qualificado, quando há circunstâncias como motivo torpe ou dificuldade de defesa da vítima, é considerado crime hediondo.

O projeto inicial tornava hediondo somente os crimes de corrupção ativa e passiva e de concussão. Emenda de Alvaro Dias acrescentou os crimes de peculato (quando o agente público apropria-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular) e de excesso de exação. Uma última emenda,



Sarney: 78% dos brasileiros temem ser assassinados, segundo pesquisa

de Wellington Dias (PT-PI) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), incluiu o peculato qualificado.

Os crimes de corrupção ativa, passiva e de peculato têm pena de reclusão de 2 a 12 anos mais multa. Para concussão, a pena é de reclusão de 2 a 8 anos e multa. Já o excesso de exação tem pena de reclusão de 3 a 8 anos mais multa. Homicídio simples tem pena de reclusão de 6 a 20 anos.

Projeto tramitava há dois anos e já tinha parecer favorável

Autor da proposta original, Taques ressaltou que essa não foi uma “legislação de emergência”, apresentada só em função dos protestos recentes.

— Esse projeto é de 2011. Já tinha parecer favorável de Alvaro Dias há mais de um ano, só que, por oportunidade

e conveniência, não havia sido colocado em pauta.

Taques foi contrário à emenda que incluiu homicídio simples no projeto. Para ele, apesar de a medida ser correta no mérito, não cabia no projeto sobre crimes contra a administração pública.

Na pauta, passe livre e ficha limpa para servidores

O Senado deve continuar hoje as votações da agenda prioritária montada devido às manifestações populares. Serão analisados requerimentos de urgência para projetos como o que trata do passe livre para estudantes (PLS 248/2013) e o que institui a ficha limpa para servidores (PEC 6/2012).

O PLS 248, de Renan Calheiros (PMDB-AL), institui o Programa Passe Livre Estudantil,

nacionalmente. Os recursos virão dos royalties do petróleo. Renan afirma que investir no transporte de estudantes é também investir na educação.

— O trabalhador empregado tem seu transporte custeado pela empresa e o idoso goza da gratuidade, assim como a pessoa com deficiência ou o policial fardado, que acabam, portanto, sendo custeados pela sociedade — disse Renan.

A PEC 6, de Pedro Taques (PDT-MT), estabelece que condenados em segunda instância, e até cassados por conselhos profissionais, poderão ser impedidos de assumir cargos em comissão no serviço público. Taques adiantou que a Controladoria-Geral da União (CGU) já estuda a edição de um decreto aplicando o critério de inelegibilidade na nomeação de servidores.

Segue para sanção novo rateio do Fundo de Participação dos Estados

O Plenário concluiu ontem a votação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 240/2013 — Complementar, que institui novas regras para o rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Com a aprovação de uma emenda e a rejeição de duas, o texto segue para sanção.

A emenda aprovada, com 55 votos a favor e 1 contra, visa preservar estados em caso de redução do valor. A segunda, que previa compensação de eventuais perdas, foi rejeitada por pequena margem. A terceira foi considerada redundante pelo relator, Walter Pinheiro (PT-BA).

Como o FPE é formado por 21,5% da receita do Imposto de Renda e do IPI, os deputados inseriram um dispositivo impedindo que desonerações relativas a esses tributos reduzam os repasses aos estados.

A proteção dos recursos recebeu apoio de vários senadores. Alguns, como Aécio Neves (PSDB-MG), Ana Amélia (PP-RS) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), lembraram serem autores de propostas de emendas à Constituição com finalidade semelhante.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e José Agripino (DEM-RN) destacaram a importância do projeto para preservar as finanças dos estados. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Benedito de Lira (PP-AL), Sérgio Petecão (PSD-AC), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Acir Gurgacz (PDT-RO) e Randolfe Rodrigues

(PSOL-AP) disseram que a emenda aperfeiçoou o projeto do Senado.

Foi rejeitada emenda que obrigava a União a compensar estados que tiveram prejuízo com o novo rateio. É que até 2015 serão mantidos os critérios de distribuição. A partir de 2016, cada estado receberá o mesmo valor recebido em 2015 mais a variação acumulada do IPCA e 75% da variação do PIB do ano anterior ao da base de cálculo. O que superar isso será distribuído de acordo com a combinação de dois fatores: população e o inverso da renda domiciliar per capita.

Blairo Maggi (PR-MT) enumerou os estados que teriam perdas e disse que os senadores que os representavam, se apoiassem o relator, estariam votando contra os interesses dessas unidades, argumento reforçado por Paulo Paim (PT-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS), entre outros.

Os coeficientes atuais do FPE foram contestados no STF por alguns estados, com o argumento de que a regra não cumpria, duas décadas depois da aprovação, a função de promover o equilíbrio socioeconômico. Inicialmente, o STF deu ao Congresso prazo que venceu em dezembro para a votação de uma nova lei. Novo prazo venceria hoje.

No ano passado, o FPE distribuiu quase R\$ 62 bilhões, sendo que 85% foram para os estados do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste e 15% para o Sul e o Sudeste.

Emenda aprovada preserva estados em caso de redução do valor do repasse da União



Ao lado de Eunício e Delcídio, Pinheiro mostra o relatório a Aloysio

Aprovada urgência para destinação dos royalties à educação

Pode ser votado hoje o projeto que destina os recursos dos royalties do petróleo para a educação (75%) e a saúde (25%), já que a urgência do PLC 41/2013 foi aprovada quarta-feira pelo Plenário. As verbas devem vir dos contratos já existentes. Parte do Fundo Social vai para a educação até alcançar 10% do PIB.

Congresso deve examinar vetos presidenciais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o Congresso deverá fazer sessão conjunta para examinar os mais de 3 mil de vetos presidenciais que aguardam votação. Ele pretende se reunir com o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, para definir a data e a hora da sessão de votação.

Randolfe saúda conquistas das manifestações de rua

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou na terça-feira que “o Brasil não será o mesmo depois dessas mobilizações de rua” e defendeu prioridade a investimentos públicos acima do pagamento de dívidas.

Entre as conquistas concretas das manifestações de rua, o senador citou a redução de tarifas de transportes em vários municípios e a volta à pauta da PEC 90/2011 — que institui o transporte como direito social fundamental e “estava dormindo nas gavetas da Câmara dos Deputados há pelo menos uns seis anos”.



Moreira Manz/Agência Senado

Mário Couto lamenta falta de punição para condenados do mensalão

Mário Couto (PSDB-PA) criticou em Plenário na terça-feira a não aplicação de penas de prisão aos condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no escândalo do mensalão. Vários envolvidos no esquema de compra de votos de parlamentares que existiu entre 2005 e 2006, durante o governo do presidente Lula, estão “livres e soltos”, disse o parlamentar.

Couto lembrou também que nenhum dos vários ministros demitidos durante o governo da presidente Dilma Rousseff devido a denúncias de irregularidades sofreu algum tipo de punição.



Moreira Manz/Agência Senado

Ângela Portela diz que reivindicações eram “mais do que previsíveis”

Em pronunciamento na terça-feira, Ângela Portela (PT-RR) afirmou que as demandas por serviços públicos de qualidade, principal reivindicação das manifestações que ocorrem em todo o Brasil, eram “mais do que previsíveis”. Essas demandas, afirmou, foram trazidas pelos 35 milhões de brasileiros que passaram a integrar a classe média nos 12 anos de governo do PT. A classe média, disse, representa hoje 53% da população.

Ela elogiou a postura da presidente Dilma, que chamou representantes dos manifestantes para conversar.



Moreira Manz/Agência Senado

Senadores comemoram maior sintonia com reivindicações

Presidente do Senado saudou a remoção do que ele chamou de “unanimidade estática” do Parlamento após aprovação do projeto que torna hediondos os crimes contra a administração pública

DURANTE A APROVAÇÃO do projeto de lei que transforma em crime hediondo corrupção e outros delitos contra a administração pública, os senadores fizeram questão de ressaltar a importância de o Senado atender as reivindicações apontadas pela sociedade nas últimas mobilizações populares ocorridas pelo país.

O presidente da Casa, Renan Calheiros, comemorou a aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 204/2011, classificando a votação como um “momento importantíssimo” para o Senado. Renan afirmou que, como aqui, em parlamentos pelo mundo todo existem algumas “unanimidades estáticas” — temas polêmicos que não avançam no Legislativo.

— Esta sessão demonstra que estamos fazendo de tudo para removê-las — elogiou.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) classificou a votação do PLS 204/2011, de Pedro Taques (PDT-MT), como um “salto de qualidade no Senado”. Na visão de Randolfe, a corrupção “se entranhou” em todas as estruturas do Estado brasileiro. Um dos motivos para isso, apontou



Plenário durante a sessão em que foi aprovado o projeto contra a corrupção

Ataídes Oliveira (PSDB-TO), seria a atual legislação “frouxa” em relação aos crimes contra a administração pública.

Enquete

Para Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), o Senado ouviu a população, uma vez que as diversas demandas apresentadas nas manifestações estavam relacionadas à corrupção. Em sua opinião, a falta de equipamentos nos hospitais, a baixa qualidade da educação e o transporte público ineficiente perdem recursos sempre que há corrupção. Mário Couto (PSDB-PA) concordou com Rollemberg e reforçou que faltam “ordem e progresso” no país.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) lembrou que, em 2011, a Agência

Senado e o DataSenado promoveram enquete sobre o tema. Na ocasião, informou, 99,4% de um universo de mais de 425 mil internautas declararam-se favoráveis à inclusão da corrupção na Lei de Crimes Hediondos.

Já Paulo Davim (PV-RN) aproveitou a discussão da proposta para defender a aprovação do PLS 224/2011, de autoria dele, que considera crime hediondo os desvios de recursos da saúde.

Sobre a transformação de homicídio em crime hediondo, Eduardo Suplicy (PT-SP) observou que o número de assassinatos no Brasil, 51 mil mortos ao ano, é algo que deve fazer com que toda a população reflita sobre como prevenir a criminalidade violenta.

Segundo Alvaro, reforma política deve ser submetida a referendo

A realização de um plebiscito para a reforma política não é “plausível”, na opinião de Alvaro Dias (PSDB-PR). Para o senador, as possíveis questões relacionadas ao tema “são complexas” e não podem ser respondidas com um simples “sim ou um não”.

Alvaro considera que o ideal

seria o Congresso elaborar um modelo de reforma política e submetê-lo à apreciação popular nas eleições do ano que vem, na forma de um referendo.

— Assim, nós evitamos perder tempo e, principalmente, recursos — argumentou.



Moreira Manz/Agência Senado

Sobre um convite da presidente Dilma para um encontro com as oposições, o senador negou que já esteja marcado, mas afirmou que os opositores estão dispostos a dialogar. Para ele, o momento é importante para o país.

Sérgio Souza comemora pauta de votações prioritárias no Senado

Sérgio Souza (PMDB-PR) disse na terça-feira que é preciso ampliar a capacidade de ouvir o clamor das ruas e adotar medidas concretas contra a corrupção, tema que aflige o povo brasileiro. O senador elogiou as medidas anunciadas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), em resposta às manifestações.

— Não tenho dúvida de que, se fizermos uma análise detida de todos os projetos de lei, os anseios da sociedade estão atendidos na forma de projetos que tramitam no Congresso Nacional — avaliou.



Moreira Manz/Agência Senado

Aloysio Nunes questiona credibilidade do governo para propor pactos

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou em Plenário na terça-feira que o governo federal não tem credibilidade para propor pactos de melhoria da qualidade de vida no país.

O parlamentar considerou os pactos propostos pela presidente Dilma Rousseff apenas uma cortina de fumaça para eximir o Executivo de sua responsabilidade na atual crise institucional. Ele acusou o governo de não ter tido interesse em votar propostas que trariam os mesmos resultados desses pactos quando tramitaram no Congresso Nacional.



Moreira Manz/Agência Senado

Eunício elogia medidas anunciadas em resposta aos protestos

Falando como líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE) elogiou em Plenário a definição de uma pauta prioritária para votações anunciada pelo presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), na terça-feira.

Para ele, o presidente agiu corretamente ao atender a mensagem das ruas e estimular o diálogo e o equilíbrio entre as posições representadas pelos movimentos sociais.

— Isso fortalece a nossa democracia e a participação popular. A cidadania precisa e deve se expressar — concluiu.



Moreira Manz/Agência Senado

José Agripino condena decisões tomadas “a toque de caixa”

José Agripino (DEM-RN) afirmou que concorda em “enumerar as prioridades” nos projetos indicados pelo presidente Renan Calheiros como resposta do Senado às manifestações populares das últimas semanas. Ele disse, no entanto, que “não dá pra sair aprovando tudo”.

— Organizar o cardápio das urgências, sim. Mas transformar esse cardápio em uma votação a toque de caixa, sem que as pessoas saibam o que estão votando, seria um gesto de irresponsabilidade e tem a minha condenação — declarou Agripino.



Moreira Manz/Agência Senado

Para Cyro, Constituinte para reforma política é manobra de Dilma

Em discurso na terça-feira, Cyro Miranda (PSDB-GO) afirmou que a proposta apresentada pela presidente Dilma Rousseff de uma Constituinte para a reforma política “é um verdadeiro estelionato contra a voz das ruas e os movimentos que tomaram as cidades de todo o Brasil”.

— Propor a reforma política, via plebiscito popular, e uma Constituinte exclusiva, no momento em que está em risco a estabilidade econômica, é uma estonteante manobra, com certeza orientada pelos marqueteiros Lula e João Santana. É impressionante essa jogada! — assinalou.

Eduardo Amorim defende ações efetivas para melhorar o país

Eduardo Amorim (PSC-SE) defendeu em Plenário, na terça-feira, a urgência de ações efetivas para mudar o atual modelo político, que classificou de “ultrapassado e ineficaz”. O parlamentar ressaltou que apesar de o Brasil ser feito de “muitos brasis”, de realidades distintas, as reivindicações são as mesmas.

Amorim lembrou que, embora o texto constitucional assegure que todos são iguais perante a lei, a desigualdade social ainda é muito grande no país. Para ele, a sociedade apenas “desabafou o que estava engasgado há muito tempo”.



Moreira Manz/Agência Senado

Câmara inicia processo de cassação do deputado Natan Donadon

Com prisão decretada pelo STF, deputado será julgado pelos colegas e processo de perda de mandato poderá ter voto aberto pela primeira vez

DEPOIS DE O Supremo Tribunal Federal (STF) determinar a prisão do deputado Natan Donadon (PMDB-RO) por formação de quadrilha e peculato, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados decidiu ontem abrir processo de perda de mandato contra o parlamentar. Ao sair da reunião do colegiado, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, destacou que “a Casa está cumprindo seu dever em prazo recorde e justo”.

Conforme a Agência Câmara, desde a promulgação da Constituição de 1988, nenhum deputado teve mandato de prisão decretado durante o exercício do cargo.

O comunicado da Mesa chega ainda hoje à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). O objetivo é julgar o deputado o mais rapidamente possível, segundo Alves. O presidente da CCJC, deputado Décio Lima (PT-SC), informou que o relator do processo será o deputado Sergio Zveiter (PSD-RJ).

Na manhã de ontem, a mesma CCJC aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 196/2012, que institui o voto aberto para



Donadon, primeiro deputado com prisão decretada durante mandato desde 1988

processos de cassação de mandato parlamentar por falta de decoro e por condenação criminal com sentença transitada em julgado. Caso a PEC seja votada antes da decisão da cassação pelo Plenário, o processo de Donadon poderá ter votação aberta.

STF

De acordo com o site do STF, Donadon foi condenado pelo tribunal à pena de 13 anos, 4 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, além de 66 dias-multa. Os crimes pelos quais foi julgado

são previstos nos artigos 288 e 312 do Código Penal.

Quando exercia o cargo de diretor financeiro da Assembleia Legislativa de Rondônia, Donadon foi denunciado, com outras sete pessoas, por desvios de recursos daquela Casa legislativa. Para se apropriar do dinheiro, o grupo simulou contrato de publicidade que deveria ser executado pela empresa MPJ Marketing, Propaganda e Jornalismo Ltda.

O processo foi posteriormente encaminhado ao STF porque Donadon assumiu a cadeira de deputado federal e passou a ter

“foro por prerrogativa de função”. Na véspera do julgamento, em 27 de outubro de 2010, ele renunciou ao mandato. Ainda assim, a Suprema Corte decidiu julgá-lo e o condenou. No mesmo mês, ele foi eleito para um novo mandato de deputado federal, cargo que ainda ocupa atualmente.

Ainda segundo o site do STF, em dezembro do ano passado o Supremo rejeitou o primeiro recurso de embargos de declaração interposto pela defesa do parlamentar. Naquela ocasião, a relatora, ministra Cármen Lúcia, entendeu que o recurso apresentado não pretendia esclarecer pontos obscuros do processo, “mas sim refazer o julgamento, fazendo prevalecer as razões do deputado”.

De acordo com a Agência Brasil, órgão noticioso do Poder Executivo, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, disse que a decisão do Supremo em relação a Donadon pode influenciar o julgamento dos recursos dos réus no caso da Ação Penal 470, conhecida como mensalão. Ele acha que agora as defesas dos chamados mensaleiros tenderão a evitar recursos protelatórios.

Luís Roberto Barroso é empossado como ministro do STF

Em sessão solene realizada ontem no Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), tomou posse como novo ministro da Corte o advogado Luís Roberto Barroso. Ele assume a cadeira deixada pelo ministro Ayres Britto, que se aposentou em novembro do ano passado.

De acordo com o site do Supremo, o novo ministro irá conceder entrevista coletiva à imprensa hoje, às 11h, na Sala de Sessões da Primeira Turma do STF.

Participaram da posse os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Alves; o senador José Sarney (PMDB-AP); ministros aposentados do STF; e presidentes de tribunais.



Luís Roberto Barroso é o novo ministro da Suprema Corte nacional

Para indicados ao STJ, Judiciário deve ouvir mais a sociedade

A repercussão das manifestações populares no Poder Judiciário e a rejeição da Câmara dos Deputados à PEC 37/2011, que reduzia o poder de investigação criminal do Ministério Público, foram os principais temas abordados na sabatina realizada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado com dois indicados ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). A comissão aprovou as indicações da juíza federal Regina Helena Costa e do procurador de Justiça Rogério Schietti Machado Cruz, que seguem, agora, para votação em regime de urgência ao Plenário.

— Ninguém apoia excessos, mas as manifestações de rua dizem que o povo brasileiro está se tornando mais exigente. Há grande insatisfação com o Judiciário e talvez seu maior problema seja, na minha opinião, a morosidade. A celeridade e a eficiência são os grandes objetivos buscados, mas a postura do Judiciário precisa ser mais aberta hoje à sociedade — comentou Regina Helena Costa.

Na avaliação de Rogério Schietti, eventuais descon-



Vital do Rêgo (C) preside reunião da CCJ para sabatina de Regina Helena Costa e Rogério Schietti Machado Cruz

troles não tiram o significado especial dessas manifestações pelo país.

— Cabe a nós saber ouvir e dar encaminhamento a estas reivindicações — afirmou, observando que a criação dos Conselhos Nacional de Justiça (CNJ) e Nacional do Ministério Público (CNMP) contribuiu para a construção de um Judiciário “mais transparente e democrático, que se comunica melhor com a sociedade”.

PEC 37

A derrubada da Proposta de Emenda à Constituição 37/2011 na terça-feira, na Câmara dos Deputados, foi avaliada positivamente pelos dois indicados

ao STJ. Embora reconheça a competência da polícia civil para conduzir a investigação criminal, a juíza Regina Helena Costa acredita que não se deve afastar outras possibilidades investigativas, principalmente em caso de omissão.

— A Câmara agiu com propriedade ao rejeitar a proposta, percebendo que sua aprovação iria importar na desproteção da sociedade. Polícia e Ministério Público devem caminhar juntos, e não em polos opostos — sustentou o procurador Rogério Schietti, questionando as razões que levaram a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a apoiar a PEC 37/2011, alvo também dos

recentes protestos populares.

Sobre o foro privilegiado para autoridades, ambos concordam que a prerrogativa não deve ser alargada. Schietti chegou a defender a redução dos cargos públicos que garantem aos ocupantes o foro por prerrogativa de função.

Os dois indicados disseram que não é inconstitucional a apresentação pelo Legislativo de proposta de emenda à Constituição (PEC) para criação de tribunais regionais federais (TRFs). Regina Helena Costa reconheceu a incapacidade dos atuais TRFs de enfrentar um elevado volume processual com a celeridade exigida pela sociedade.

Regras gerais para concursos serão votadas hoje

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) transferiu para hoje a votação, em turno suplementar, de substitutivo do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) a projeto de lei do Senado (PLS 74/2010) que estabelece regras gerais para a realização de concursos públicos pelo governo federal. A proposição estava na pauta de ontem, mas, por acordo dos integrantes da CCJ, não foi votada por causa da antecipação da sessão do Plenário para as 12h30.

A proposta que dispõe sobre os concursos públicos gerou polêmica por tornar obrigatória a contratação dos candidatos aprovados nas vagas previstas no edital dentro do prazo de validade do concurso. Outro ponto de destaque no projeto é a proibição de processo seletivo para formação de cadastro de reserva. Segundo o presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), o PLS 74/2010 será o primeiro item da pauta de votações de hoje.

Comissão quer acelerar projeto que amplia recursos para a saúde

Votação em Plenário pode acontecer semana que vem, mas relator pretende apresentar opções para assegurar o financiamento

A COMISSÃO ESPECIAL criada pelo Senado para debater o financiamento da saúde pública decidiu acelerar os trabalhos para que o Plenário vote semana que vem o aumento dos recursos mínimos da União destinados à saúde. O presidente do Senado, Renan Calheiros, incluiu projeto sobre o tema em lista de propostas que devem tramitar com urgência, como resposta às manifestações por mais qualidade no Sistema Único de Saúde (SUS).

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 89/2007 — Complementar vinha tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Desde a criação da comissão especial, a proposta passou a depender de avaliação prévia dos integrantes.

Atualmente, a União é obrigada a destinar à saúde o que gastou no ano anterior acrescido da variação nominal do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes. A regra já vinha sendo aplicada antes da regulamentação da Emenda 29, aprovada no fim de 2011. O Congresso manteve o cálculo, enquanto setores sociais defendiam pelo menos 10% das receitas do Orçamento federal para a área.

O relator na comissão especial, Humberto Costa (PT-PE),

adiantou que pretende sugerir um projeto substitutivo. Segundo ele, o texto da Câmara não representa avanço em relação ao cálculo vigente, que não atende as demandas.

— O que poderemos fazer é utilizar esse projeto como base para aprovar algo que possa representar um consenso maior — comentou.

Vinculação

A comissão estuda diferentes opções para assegurar recursos estáveis e suficientes para a saúde por parte da União — os estados aplicam 12% das receitas, enquanto os municípios investem 15%. Uma solução

seria retomar a vinculação de 10% do Orçamento da União, seja sobre as receitas brutas ou líquidas (descontadas as transferências referentes aos fundos de participação).

Outro caminho seria definir um gasto per capita, ou seja, um valor mínimo por cidadão, a partir do qual será projetado o montante dos recursos anuais no Orçamento. De acordo com o senador, nesse caso deverá haver um processo de transição.

— São alternativas que precisamos analisar com calma. É muito importante votar um novo financiamento para a saúde, mas é preciso

tranquilidade para que não possamos depois inviabilizar o próprio atendimento — defendeu.

O senador considera necessário discutir as opções com o governo. Depois da aprovação da proposta na comissão especial, o texto seguirá então para a CAS, onde deve ser examinado como alternativa ao PLC 89/2007, antes da decisão em Plenário.

Humberto espera que, de forma simultânea, o Congresso defina novas fontes de receita para a saúde; para tanto, vem sendo considerado o uso de parte das futuras receitas do pré-sal.



Humberto Costa e Paulo Davim, ambos médicos, conversam sobre o relatório na comissão sobre financiamento da saúde

Lista com prioridades da área será entregue a Renan Calheiros

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Waldemir Moka (PMDB-MS), vai levar ao presidente do Senado, Renan Calheiros, levantamento dos projetos sobre saúde que devem ter prioridade. A sugestão foi feita ontem pelo presidente da comissão especial que busca soluções para o financiamento da saúde, Humberto Costa (PT-PE).

Para Paulo Davim (PV-RN), a solução dos problemas da saúde requer financiamento adequado. Ele afirmou que os investimentos estão aquém do necessário e que medidas emergenciais, como a “importação” de médicos estrangeiros sem condições para atuação, não vão resultar em melhorias. O senador criticou ainda o fato de Renan não ter consultado a subcomissão, que discute há meses o assunto, ao listar prioridades.

Uma das propostas que os senadores da CAS consideram prioritárias para votação é a que institui uma Lei de Responsabilidade Sanitária (PLS 174/2011), de autoria de Humberto.

Ele não concordou com a inclusão, entre as prioridades estabelecidas pelo presidente do Senado, do projeto de lei do deputado Osmar Terra (PMDB-RS) que trata, entre outros aspectos, da internação compulsória para dependentes de drogas (PLC 37/2013). O senador disse que vai pedir a Renan que retire a proposta da pauta de prioridades, uma vez que não faz parte das reivindicações das ruas.

— Acho temerário fazer essa discussão em regime de urgência. É um tema político, complexo e polêmico para ser votado a toque de caixa — disse Humberto.

Senador cobra mais rigor na fiscalização de gastos do setor

Para Humberto, o momento também exige definição sobre lei que amplie o controle social e a fiscalização dos gastos na saúde, além de regras que possam melhorar a gestão. Ele vem cobrando urgência para projeto de autoria dele, o PLS 174/2011, que sugere a Lei de Responsabilidade Sanitária (LRS), até o momento fora da pauta de propostas urgentes sugerida por Renan.

— É um projeto indispensável, até para darmos legitimidade à nossa reivindicação de

mais recursos para a saúde.

O projeto já passou pelo exame da Comissão de Justiça e Cidadania (CCJ) e agora está na CAS, tendo sido entregue na semana passada ao relator, Wellington Dias (PT-PI). Segundo Humberto, foi acertada com o presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), a realização de uma audiência pública final antes da votação. Como será uma decisão final, a proposta poderá seguir diretamente à Câmara, sem passar pelo Plenário.

Proposta prevê serviço obrigatório para quem faz graduação pública

Na pauta de prioridades, consta outra proposta de Humberto destinada a corrigir a carência de profissionais no interior. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 36/2011 cria serviço civil obrigatório para graduados em universidades públicas ou com financiamento público.

— Nós temos uma grande população desassistida, e essa medida, bem como a vinda de profissionais do exterior, deve atender esse quadro emergencial — defendeu.

Cristovam Buarque (PDT-DF) também defende, no PLS 75/2011, serviço semelhante apenas para formados em Medicina. Sobre críticas da área médica ao projeto dele e ao do colega, Humberto disse não ter intenção de restringir o serviço a profissionais de saúde.

— Podemos estender a todos aqueles que, tendo sido financiados pelo setor público na educação superior, possam dar uma contrapartida ao Estado, sejam médicos, professores ou qualquer outro profissional.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Waldemir Moka preside reunião da CAS que aprovou em votação final proposta voltada a evitar problemas a alérgicos

Fabricantes deverão indicar presença de látex em produtos

Obrigatoriedade visa proteger cerca de 8% da população que tem alergia ao látex natural, presente em produtos de uso cotidiano. Advertência sobre presença de látex deve ser gravada nas embalagens

FABRICANTES E IMPORTADORES de produtos que contenham látex natural devem gravar nas embalagens advertência sobre a presença da substância. É o que estabelece projeto da Câmara aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Cerca de 8% da população apresenta alergia ao látex, o que representa um grave

problema de saúde pública, explica o autor do PLC 96/2012, deputado João Dado (PDT-SP). As reações, alerta, podem variar de uma simples urticária a um choque anafilático fatal.

No relatório sobre a matéria, o senador Anibal Diniz (PT-AC) informa que a alergia a produtos que contenham látex ou borracha natural acontece pela sensibilidade a certas proteínas presentes na seiva da

seringueira e modificadas no processo de industrialização do produto.

O látex natural, resalta o deputado João Dado, está presente em produtos de ampla utilização no dia a dia das pessoas, como luvas, balões, sondas, cateteres e pneus. Por essa razão, na visão do deputado, é indispensável informar sobre a presença do látex para prevenir as pessoas alérgicas.

Entregadoras terão que oferecer seguro a motociclistas

Motociclistas que trabalham com entregas podem ser beneficiados com novo seguro de vida e de invalidez permanente, sem perderem o atual Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre — o chamado DPVAT. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de lei do deputado Celso Russomanno (PRB-SP) com esse objetivo. Como recebeu emendas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE),

a matéria volta à Câmara dos Deputados.

O projeto (PLC 83/2012) cria a obrigação tanto para as empresas que usam os serviços próprios de entrega como para aquelas que prestam esse tipo de serviço para terceiros.

De acordo com a proposta, o seguro poderá ser contratado de forma individual ou em grupo. Para casos de morte ou invalidez do motociclista, o projeto prevê pagamento de um piso de 30 vezes o salário-base da categoria ou

aquele que estiver registrado em carteira, respeitando o que for maior.

O relator da matéria, Paulo Paim (PT-RS), ressaltou que a nova despesa não representa grande custo para a empresa, pois será diluído nos custos empresariais e, acredita, não vai aumentar o preço dos serviços de entrega. O relator ainda observou que o seguro proposto não se confunde com os seguros obrigatórios convencionais, previstos na lei previdenciária, para casos de acidentes de trabalho.

Proposta obriga clube a dar assistência psicológica a atletas

Clubes podem ser obrigados a oferecer atendimento psicológico aos atletas profissionais para ajudá-los a enfrentar o estresse e a ansiedade antes e depois dos jogos. Projeto de lei com esse objetivo, de autoria do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria segue para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde receberá decisão terminativa.

Ao apresentar o projeto (PLS 13/2012), Crivella ressaltou a necessidade de todos os clubes empregadores prestarem assistência psicológica aos atletas. As cobranças, observou, podem vir da família, do técnico, da imprensa ou da opinião pública e são fatores



Lúcia Vânia: pressão por resultados justifica ajuda de psicólogos

que geram intenso estresse e interferem diretamente na forma de atuar do jogador.

A Lei do Desporto (Lei 9.615/1998), explicou o autor na justificativa da proposta, já obriga a entidade de prática desportiva formadora de atleta a garantir assistência

psicológica, sob pena de não ser reconhecida como tal. Com a aprovação do projeto, clubes empregadores também serão sujeitos a tal obrigação.

Além de viverem sob constante pressão para que conquistem resultados significativos nas competições, ressaltou a relatora da matéria na CAS, Lúcia Vânia (PSDB-GO), muitos atletas precisam deixar a cidade em que vivem e ficar afastados da família para que possam ter sucesso na carreira.

— Atletas profissionais não têm muito tempo de vida esportiva, o que torna os fracassos muito mais avassaladores e irreversíveis do que os infortúnios de outros profissionais — argumentou a senadora.

Sobras de alimentos em condições de consumo poderão ser doadas

Projeto que prevê a reutilização de alimentos que estejam em condições de consumo, permitindo que sejam doados a instituições, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. O PLS 102/2012, de Ivo Cassol (PP-RO), modifica a lei que trata das normas básicas sobre alimentos (Decreto-Lei 986/1969). O Brasil está entre os dez países que mais desperdiçam comida no mundo.

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ressaltou o relator, João Alberto Souza (PMDB-MA), cerca de 35% da produção agrícola brasileira é destinada ao lixo, o que equivale a 10 milhões de toneladas de alimentos a cada safra. Nos restaurantes do país, há estimativas de que entre 15% e 20% dos alimentos são perdidos durante o preparo. Além disso, ressaltou o relator, os estabelecimentos também descartam refeições prontas. Segundo a pesquisadora Tereza Watanabe, destacou João Alberto, até 50% do que é preparado para clientes em bares, restaurantes e lanchonetes vai para o lixo,

comida suficiente para alimentar 10 milhões de pessoas por dia.

O projeto, observou Paulo Paim (PT-RS), não visa distribuir restos de comida às pessoas, mas alimentos em condições de consumo e que seriam descartados.

Paulo Davim (PV-RN) observou que a legislação responsabiliza o proprietário dos estabelecimentos, civil e criminalmente, por eventuais danos à saúde de quem consumir os alimentos que sobram nos restaurantes. Segundo o senador, cabe à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estabelecer critérios para que seja possível a distribuição segura da comida. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ponderou que os senadores devem acompanhar a formulação do regulamento da matéria para evitar problemas para a saúde da população.

Cyro Miranda (PSDB-GO) informou que as companhias aéreas descartam todos os alimentos não consumidos. Ana Rita (PT-ES) ressaltou a falta de aproveitamento de parte dos alimentos, como cascas e folhas, que são adequados à alimentação.



João Alberto Souza e Vanessa Grazziotin na Comissão de Assuntos Sociais

Exploração de minerais estratégicos volta a ser debatida em audiência pública

A Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras-Raras no Brasil vai realizar audiência pública em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, hoje, a

partir das 9h. O debate é sobre a importância dos minerais estratégicos e a criação de marco regulatório que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor mineral.

Cancelada votação do relatório da MP de socorro a municípios atingidos pela seca

A apresentação e a votação do parecer sobre a Medida Provisória (MP) 610/2013, que trata de ações emergenciais para socorrer municípios atingidos pela seca no Nordeste e amplia benefícios

concedidos a agricultores familiares, foram canceladas.

A reunião da comissão que analisa a MP não ocorreu por falta de quórum. Não foi marcada nova data.

(Da Agência Câmara)

Adiada a análise de medida provisória que desonera folha de pagamentos

Foi adiada por falta de quórum a reunião em que seria votado o relatório da Medida Provisória (MP) 612/2013, que desonera a folha de

pagamento de diversos setores da economia.

Ainda não há nova data para a votação do relatório pela comissão mista.

Programa habitacional será facilitado para cidade pobre

Segue para a Câmara projeto do Senado que dispensa contrapartida de municípios com baixos indicadores de desenvolvimento econômico ou social para transferências voluntárias da União

A UNIÃO PODERÁ reduzir ou dispensar a contrapartida financeira de municípios nas transferências voluntárias destinadas a programas habitacionais. A proposta foi aprovada ontem em turno suplementar pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) e deve seguir para a Câmara, a menos que haja recurso para votação no Plenário do Senado.

O texto aprovado é um substitutivo do relator, Ruben Figueiró (PSDB-MS), ao PLS 331/2006, da ex-senadora Roseana Sarney. Exige que o município, para receber o benefício, tenha população inferior a 25 mil habitantes e esteja localizado nas Regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, ou na metade sul ou noroeste do Rio Grande do Sul, ou em área legalmente equiparada a essas regiões. O município deve apresentar indicadores de desenvolvimento econômico ou social

inferiores à média nacional — identificados por lei ou pelo ato normativo que instituir cada programa.

O objetivo da proposta é incluir municípios sem condições financeiras de participar nos custos de programas habitacionais realizados com recursos federais. Para isso, altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e a lei que fixa as diretrizes gerais da Política Nacional de Saneamento (Lei 11.445/2007).

Consolidação

O substitutivo de Figueiró consolida, em um único texto, várias emendas, muitas delas redacionais, que já haviam sido aprovadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Para o relator, a proposta é relevante, uma vez que os municípios de pequeno porte e de reduzida capacidade de arrecadação têm dificuldades para promover investimentos.

— O inadiável empenho nacional no combate à pobreza não admite que se tratem igualmente os desiguais. Os municípios mais pobres das regiões mais carentes não podem ser instados a contribuir com recursos orçamentários de que não dispõem — afirmou Figueiró.

A CDR aprovou também requerimento de Inácio Arruda (PCdoB-CE) para a realização de audiência pública sobre alternativas para o desenvolvimento da Região Nordeste. A audiência foi proposta pelo Movimento Integra Brasil e deve contar com representantes de universidades da região, do Centro Industrial do Ceará e da Federação das Indústrias do Maranhão.

O PLS 541/2011, que garante a acessibilidade nas calçadas para pessoas com deficiência, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que estava na pauta da reunião, não foi votado.



Medidas ajudarão a evitar incêndios, segundo o autor, Zeze Perrella

Exigência de inspeção periódica em edifícios segue para a Câmara

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo de Zeze Perrella (PDT-MG) ao PLS 491/2011, que obriga inspeções periódicas em edifícios residenciais, comerciais, escolas e igrejas, entre outros. O texto segue agora para a Câmara, a menos que haja recurso para votação no Plenário do Senado.

Pela proposta, a inspeção será obrigatória também para sistemas de ar condicionado, geradores de energia e instalações elétricas, elevadores e escadas rolantes. O substitutivo dispensa as edificações residenciais com até três pavimentos, além de estádios de futebol e barragens, sujeitos a legislação específica.

O texto prevê que a primeira inspeção seja feita dez anos após a emissão do habite-se. A partir daí, a periodicidade varia conforme a idade do imóvel: desde 5 anos, para edificações com até 39 anos de construção, até anualmente, para edificações com mais de 60 anos. Para hospitais e outras unidades de atendimento à saúde, os prazos são mais curtos. As

regras propostas no projeto também são mais rígidas para edificações com mais de 2 mil metros quadrados de área construída ou mais de quatro pavimentos.

A inspeção deverá ser registrada pelo proprietário em Laudo de Inspeção Técnica de Edificação, elaborado por profissional registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) e na administração do município. Em caso de acidentes com comprovada má-fé, esse profissional estará sujeito a multa e outras penas.

Romero Jucá (PMDB-RR) e Ana Amélia (PP-RS) sugeriram emenda, aprovada pela CDR, para explicitar que caberá ao proprietário contratar profissional habilitado para o laudo, ficando as prefeituras com a incumbência de recebê-lo e arquivá-lo.

Perrella acredita que as medidas darão maior segurança às edificações e ajudarão a evitar incêndios, desabamentos de edifícios e viadutos, acidentes em elevadores, entre outros acidentes registrados com frequência nas cidades brasileiras.



Ao lado de Inácio Arruda (E), Antonio Carlos Valadares preside reunião que aprovou texto de Ruben Figueiró (3º à esq.)

Comissão debateu manifestação popular e reforma política

Senadores da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), que se reuniu ontem, debateram o momento de constantes manifestações populares. A reforma política também foi discutida por Ana Amélia (PP-RS), Inácio Arruda (PC doB-CE), Ruben Figueiró (PSDB-MS), Lídice da Mata (PSB-BA) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), presidente do colegiado.

Para os parlamentares, as manifestações são legítimas e mostram a insatisfação da população, sobrecarregada de impostos e com serviços públicos de má qualidade. A derrubada da PEC 37, que retirava poderes de investigação do Ministério Público, mostrou o poder do povo nas ruas. Ana Amélia alertou para

a responsabilidade dos parlamentares e da presidente da República de atender a população de forma equilibrada.

— Temos que evitar todo o risco de uma medida extremamente popular, mas com custos para o país do ponto de vista do equilíbrio fiscal — disse.

Para os senadores, a presidente Dilma Rousseff acertou em interpretar que o principal anseio da população é uma reforma política. Também foi consenso no debate que seria melhor consultar a população por meio de um referendo, em vez de um plebiscito.

— A reforma política deveria ser um trabalho a ser

realizado pelo Congresso, por meio do Senado e da Câmara e, depois de votado, submetido à consideração superior da nação, do seu eleitorado — afirmou Figueiró.

Valadares destacou que já há propostas prontas em tramitação. Lídice acredita que as ruas estão apontando o retorno das reformas, como a reforma política, a urbana e a tributária. Segundo a senadora, a reforma política é sempre a pauta central no início dos mandatos dos senadores.

— Mas quando chegamos ao Senado, somos tomados pelo vendaval de medidas provisórias, de pautas outras que vão se criando, e as reformas

vão ficando pra lá — disse.

Valadares disse que é bom para a reforma política voltar à questão das opções de sistemas de governo. Para Inácio Arruda, o presidencialismo seria vitorioso devido à proximidade das eleições. Já Valadares acredita que a população tem força para escolher outro sistema e, para ele, o parlamentarismo seria o melhor.

Os senadores lembraram que a destinação dos royalties do pré-sal à educação e à saúde só começará a ser feita em 2018, quando terá início a arrecadação de recursos.

Inácio Arruda afirmou que sugeriu adicionar às proposições prioritárias do Congresso a destinação também dos royalties da mineração para a educação e a saúde.

— Tem-se uma quantidade de recursos, sem precisar criar um imposto novo — explicou.

A questão dos partidos políticos gerou divergências. Valadares reclamou da quantidade imensa de partidos, o que, na opinião dele, aumenta a carga do Fundo Partidário, sustentado pela população.

— É preciso que haja uma contenção. Essa enxurrada de partidos não identifica de forma nenhuma o desejo da população — afirmou.

Já Inácio Arruda disse que os partidos são a base do sistema político representativo no Brasil e no mundo nos últimos séculos.

— É preciso ter esse cuidado, porque sempre que se atacaram os partidos e que se pediu a retirada dos partidos, deu em ditadura — alertou.